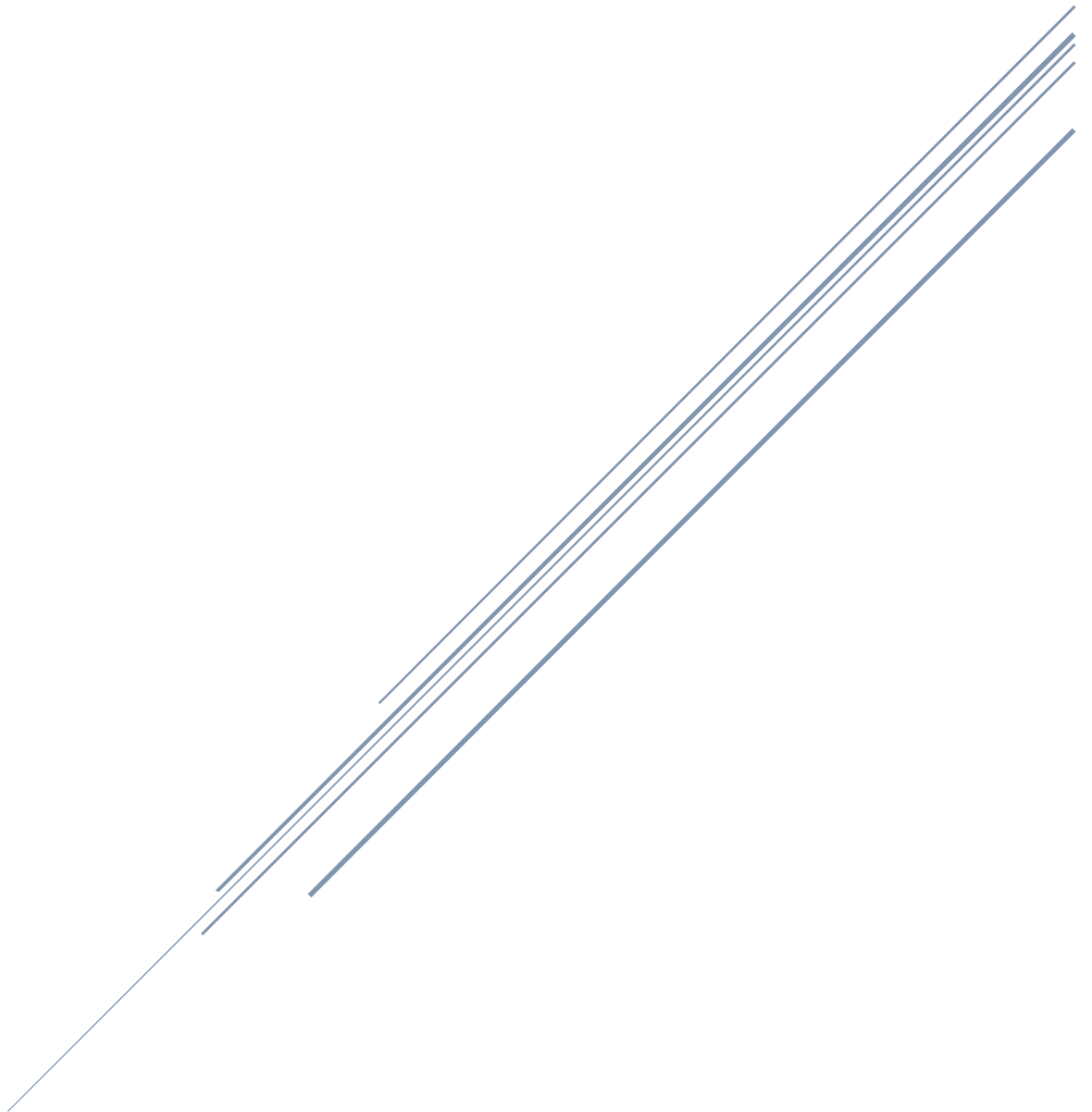


PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

ESCOLA DE SAÚDE DE SBC



Sumário

I.	INTRODUÇÃO	2
1.1	Legislação	2
1.2	Marcos Referenciais	4
II.	PERFIL INSTITUCIONAL	4
2.1.1.1	Educação Permanente em São Bernardo do campo	4
2.2	Gestão Institucional - Estrutura Organizacional	5
1.3	Infraestrutura Física	12
1.4	Desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde no município de São Bernardo do Campo	13
1.5	Missão, Visão e Valores	14
1.6	Eixos e Objetivos Estratégicos	15
III.	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	18
3.1.1	Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	18
3.1.2	Educação Permanente em Saúde	19
3.1.3	Articulação constante da teoria com a prática cotidiana	20
3.1.4	Concepção Crítica de Educação	22
3.1.5	A Interdisciplinaridade	22
3.1.6	Andragogia	23
3.2	Caminho Metodológico	25
3.3	A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e a Educação a Distância	26
3.4	Organização Acadêmica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	27
3.4.1	Cursos Livres	27
3.4.2	Cursos de Pós-Graduação	28
3.4.3	Residências Médicas e Multiprofissionais	30
3.4.4	Estágios	31
3.4.5	Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	31
IV.	AValiaÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	33
4.1.	Acompanhamento e Monitoramento	33

I. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto das ações e dos serviços de saúde sob gestão pública. O SUS, criado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugura uma nova perspectiva para o sistema de saúde em nosso país. Fundamentado na concepção ampliada de saúde, a criação do SUS apresenta aos cidadãos brasileiros uma nova forma de organização das ações e serviços de saúde que busca concretizar o direito à saúde como este se expressa na Constituição Cidadã.

Em sua Lei Orgânica, publicada em 1990, esse caráter foi reforçado ao se afirmar que a saúde se tratava de um “direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. A Constituição brasileira estabelece que a saúde é um dever do Estado. Aqui, deve-se entender Estado não apenas como o governo federal, mas como Poder Público, abrangendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. A implementação e a gestão do SUS são, portanto, também obrigações das municipalidades, que devem trabalhar integradas às demais esferas de governo, na construção de políticas setoriais e intersetoriais que garantam à população acesso universal e igualitário à saúde. Tal normatização ainda ressalta o caráter intersetorial da ação do Estado para promover, proteger e recuperar a saúde dos cidadãos, que deveria ser universal e igualitário para toda a população.

A política pública de saúde que a partir daí foi construída aponta para os grandes desafios de se garantir o acesso à saúde e à produção de qualidade de vida. Entre esses desafios, inclui-se o campo da formação e qualificação do conjunto de trabalhadores que são responsáveis por dar vida a este grande sistema. Entre os objetivos do SUS destacados pela Lei Orgânica da Saúde, reconhece-se o seu papel na ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde. Apresenta-se, então, o desafio de articular o conjunto de instituições que atuam no campo da educação profissional em saúde. Para além de influenciar a formação dos futuros profissionais de saúde que ocorre por meio das universidades e seus cursos da área de saúde, é preciso organizar uma forte e sustentável rede de instituições próprias e parceiras que possam contribuir para qualificação dos trabalhadores do SUS em serviço.

É neste contexto que a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo se constrói e se desenvolve institucionalmente. Ofertando diferentes ações de ensino e pesquisa no território da Grande ABC, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo demonstra uma importante dinamicidade em relação à sua atuação. Caracteriza-se, hoje, como organização de múltiplas potências, que tem como objetivos:

- ser uma Escola do SUS, para produzir e disseminar conhecimento junto a seus usuários, trabalhadores e gestores por meio da Educação Permanente em Saúde;
- ser uma Escola do município de São Bernardo do Campo para formação, pós-graduação, qualificação, aperfeiçoamento profissional de agentes públicos que atuam no e com o SUS;
- ser uma instituição de assessoramento técnico para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

Assim, o município de São Bernardo do Campo reconhece o SUS como um espaço formativo, proposta esta que compreende a rede de saúde como espaço de ensino-aprendizagem para os profissionais, os gestores e também para os estudantes dos vários cursos da saúde.

1.1 Legislação

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo está fundamentada em marcos legais e pautados em documentos normativos que direcionam para os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), retratando o seu contexto histórico e o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS):

Lei Federal no 8080/90 – Art. 14 e NOB/RH – SUS – participar da formulação, condução desenvolvimento da Política de Educação Permanente em Saúde.

Portaria GM/MS no 198/2004 - Criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) - Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e cria os Polos de Educação Permanente em Saúde, com a finalidade de produzir mudanças na gestão, atenção, formação, participação social em saúde, na perspectiva de mudar os processos de trabalho existentes no SUS, promovendo a integração e o desenvolvimento de pessoas, numa perspectiva multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial.

Portaria GM/MS no 399/2006 - PACTO PELA SAÚDE - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

Decreto Estadual no 51433/2006 - Cria unidade na Coordenadoria de Regiões de Saúde (CRS), da Secretaria da Saúde (SES), altera a denominação e dispõe sobre a reorganização das Direções Regionais de Saúde (DRS), no Estado de São Paulo.

Portaria GM/MS nº 1996/2007, estabelece diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde adequando-a as diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde; em seu artigo 2º: “a condução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) se dará por meio dos Colegiados de Gestão Regional com a participação das Comissões Permanente de Integração Ensino e Serviço (CIES)”.

Documento Norteador I da Política de Educação Permanente no SUS/SP - março de 2008 - cria o Grupo Técnico Bipartite para as discussões e deliberações referentes à PNEPS no Estado de São Paulo.

Portaria GM/MS no 4279/2010 – Estabelece diretrizes para organização das Redes Regionalizadas de Atenção à Saúde (RRAS) no âmbito do SUS.

Decreto Federal no 7508/2011 que regulamenta a Lei no 8080/1990 e que agrega conceitos para caracterizarmos as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS).

Portaria GM/MS no 1248 de 24/06/2013 – Institui a estratégia de qualificação das redes por meio de incentivo à formação de especialistas na modalidade de Residência Médica em áreas estratégicas do SUS - formação de preceptores com ênfase no artigo 24o: “Compete às Secretarias de Saúde dos Estados o monitoramento e avaliação direta e continuada dos Programas de Residência Médica, em articulação com as Instituições Formadoras e as COREME”.

Lei Federal no 12.871 de 22/10/2013 – Institui o Programa Mais Médicos – Amplia a inserção do médico em formação nas Unidades do SUS Fortalecimento da Política de EPS com a Integração Ensino Serviço.

Portaria Interministerial MEC/MS no 1124 de 04/08/2015 – Institui os Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino Saúde (COAPES).

Portaria GM/MS no 3.194, de 28 de novembro de 2017 – Dispõe sobre o Fortalecimento das Práticas de EPS no SUS – PRO EPS SUS

1.2 Marcos Referenciais

A Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004, concebe a Educação Permanente em Saúde (EPS) como uma “estratégia de formação e desenvolvimento dos trabalhadores para o SUS”, define Educação Permanente como sendo:

“Conceito pedagógico no setor da saúde, para efetuar relações orgânicas entre ensino e as ações em serviços, e entre docência e atenção à saúde, sendo ampliado, na Reforma Sanitária Brasileira, para as relações entre formação e gestão setorial, desenvolvimento institucional e controle social em saúde.”

A Portaria GM/MS 1.996/07, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), compreende que a Educação Permanente:

- a) Destina-se a públicos multiprofissionais;
- b) Objetiva transformações das práticas técnicas e sociais do campo da saúde, tendo em vista a garantia do acesso, a melhoria da qualidade, a humanização da atenção à saúde da população e o aperfeiçoamento da capacidade de gestão do SUS;
- c) Preocupa-se com os problemas cotidianos das equipes de saúde, tomando como ponto de partida para as ações educativas, os problemas identificados no processo de trabalho, sensibilizando e gerando compromissos entre os trabalhadores, gestores, instituições de ensino e usuários para com o desenvolvimento institucional do SUS, a melhoria do desempenho das equipes de saúde e o desenvolvimento individual dos profissionais e trabalhadores de saúde.
- d) Utiliza metodologias ativas de ensino-aprendizagem, centradas na resolução de problemas, preferencialmente, no próprio ambiente de trabalho;
- e) A EPS deve ser considerada um processo contínuo, que faz parte do projeto de consolidação e desenvolvimento do SUS, fomentando assim a condução regional da política, com participação interinstitucional através das Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES).

II. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1.1.1 Educação Permanente em São Bernardo do campo

A Secretária de Saúde de São Bernardo do Campo tem como um dos seus compromissos atuar na qualificação da relação ensino-serviço, presente no cotidiano dos serviços de saúde do

município. O Departamento de Apoio à Gestão do SUS (DAG), por meio da Divisão de Educação Permanente, vem administrando visitas técnicas, estágios de vivência, estágios obrigatórios e pesquisas acadêmicas na rede de saúde do município e é referência de campo de estágios na Grande ABC.

Para a formação e atualização de seus funcionários, e coordenação das Residências Médicas e Multiprofissionais, a Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo conta com o apoio dos Departamentos de Atenção Básica (DAB), Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência (DAHUE) e Atenção Especializada (DAE).

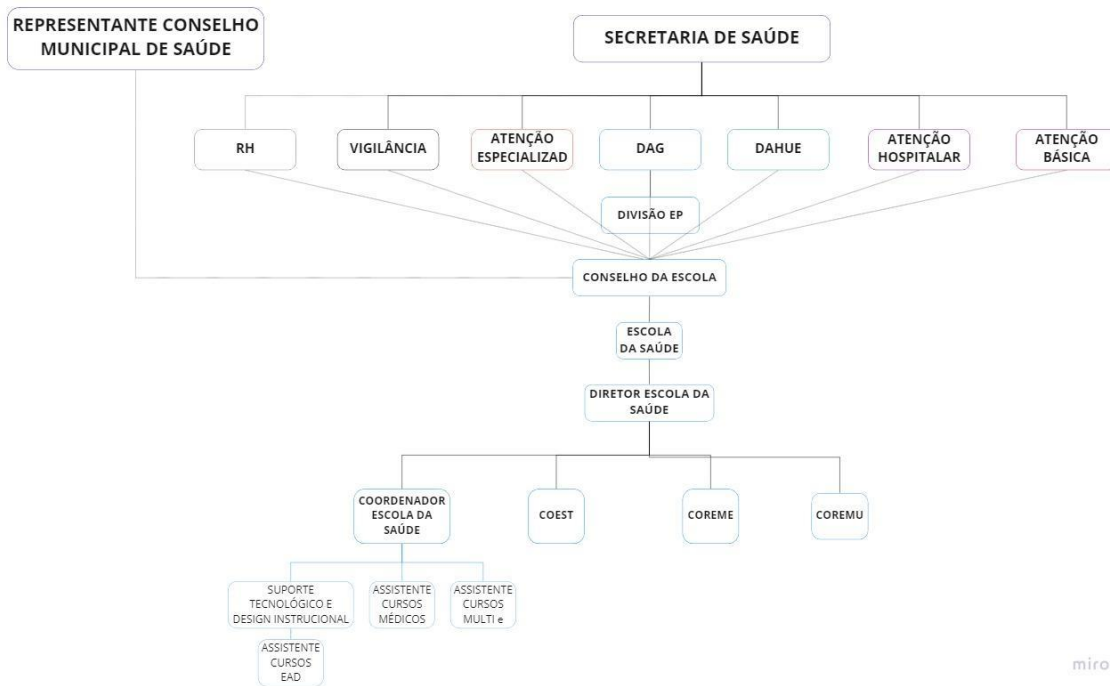
Atendendo à Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002, o Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência disponibiliza (DAHUE), no município, Núcleo de Educação em Urgência (NEU), que em parceria com o SAMU, realiza palestras educacionais à comunidade, formação de urgência para as unidades básicas e especializadas de saúde, teatros infantis pedagógicos destinados as escolas de ensino fundamental e atualização constante para os funcionários da Urgência e Emergência como reciclagem de conhecimentos técnicos e específicos.

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo apresenta uma proposta de alinhamento das ações educacionais realizadas dentro dos Departamentos, de forma a centralizar as capacitações e treinamentos além de atender e apoiar das comissões já institucionalizadas (COREME, COREMU, COEST e CEP). A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõe estabelecer uma nova cultura institucional, alinhando novas metodologias, tendências e tecnologias em desenvolvimento e formação de pessoas, contribuindo para a capilarização e o fortalecimento dos protocolos das linhas de cuidados prioritárias (Materno Infantil, Hipertensão, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas) e outras temáticas.

2.2 Gestão Institucional - Estrutura Organizacional

A atual estrutura básica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo possui como diretriz a gestão participativa e a articulação com outros departamentos para o desenvolvimento de suas ações. A seguir, apresentamos as unidades administrativas e suas respectivas competências institucionalizadas.





Conselho Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

O Conselho da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é o órgão Colegiado de caráter permanente, com funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, que adota o modelo de gestão participativa das ações de ensino realizadas em conjunto com os departamentos da Secretaria de Saúde de São de Bernardo do Campo.

O Colegiado do Conselho da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é composto por 9 (nove) membros e seus respectivos suplentes, a saber:

- I. O Diretor da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, que é o Presidente do Conselho;
- II. Coordenador Pedagógico/Administrativo;
- III. Representante do Departamento Atenção Básica,
- IV. Representante do Departamento de Atenção Especializada,
- V. Representante do Departamento de Urgência e Emergência,
- VI. Representante do Complexo Hospitalar,
- VII. Representante da Vigilância Sanitária;
- VIII. Representante de Recursos Humanos;
- IX. Representante do Conselho Municipal de Saúde.

Compete ao Conselho da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo:

- I. Apreciar a adequação dos planos anuais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo às políticas educacionais estabelecidas para a instituição e compatibilidade com as atividades de ensino prioritárias para os Departamentos;
- II. Apreciar o calendário anual da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- III. Apreciar a captação de recursos extraordinários para Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- IV. Estabelecer os acordos, contratos, convênios e parcerias da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;

- V. Deliberar sobre matérias administrativas da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- VI. Cadastrar todos os cursos ministrados na Rede de Atenção à Saúde (RAS) de São Bernardo do Campo;
- VII. Organizar banco de dados dos cursos, programas e novos projetos da ES-SBC;
- VIII. Propor o reconhecimento de cursos e programas da ES-SBC nos órgãos competentes.

Diretoria Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

O Diretor é responsável pela administração geral da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, no sentido de organizar todo processo educacional. Essa função de é exercida por profissional da área da saúde de nível superior com reconhecida capacidade educadora e designado pelo Conselho Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições do Diretor:

- I. Representar a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo em todos os eventos oficiais;
- II. Apresentar ao Conselho da Escola os planos anuais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo para sua ratificação quanto à sua articulação às políticas educacionais estabelecidas para a instituição;
- III. Coordenar e supervisionar a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, acompanhando a execução das suas atividades;
- IV. Apresentar plano anual e relatório de atividades ao Secretário de Saúde;
- V. Analisar e submeter ao Conselho da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo os planos de trabalho, relatórios e prestações de contas relativas à Escola de Saúde de São Bernardo do Campo para posterior encaminhamento ao Secretário de Saúde;
- VI. Propor as diretrizes, objetivos e metas da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, submetendo-os ao Conselho da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo para posterior encaminhamento ao Secretário de Saúde;
- VII. Analisar os relatórios mensais sobre as operações da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- VIII. Assinar diplomas, certificados, declarações e outros documentos relativos às atividades desenvolvidas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- IX. Sugerir e coordenar esforços para a obtenção de recursos para a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- X. Alocar recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos com a finalidade de alcançar os objetivos propostos no planejamento estratégico corporativo e objetivo específico da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- XI. Promover e monitorar a articulação das atividades da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo aos Departamentos da Secretaria de Saúde;
- XII. Organizar e participar de discussões pedagógicas com a Assessoria das Profissões;
- XIII. Elaborar juntamente o Regimento Escolar;
- XIV. Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

Coordenação Pedagógica Administrativa Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

A Coordenação Pedagógico-Administrativo tem como atribuição o planejamento, organização e controle das atividades técnicas pedagógicas e da estrutura administrativa da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e conta com:

- I. Secretaria Escolar;
- II. Equipe Complementar.

A Secretaria Escolar executa as seguintes atividades: apoio secretarial; executa a escrituração; arquivar a documentação da vida escolar; atua como órgão de informação e interação na comunidade acadêmica. Compete ao Coordenador Pedagógico/Administrativo:

- I. Substituir ou representar o Diretor na sua ausência ou impedimento legal;
- II. Organizar e participar de discussões pedagógicas com COREME, COREMU e COEST;
- III. Colaborar na elaboração e atualização do Regimento Escolar;
- IV. Participar da elaboração e implementação de atividades de capacitação e desenvolvimento para o Corpo Docente;
- V. Acompanhar os processos de avaliação de aprendizagem e institucional;
- VI. Interagir com os Departamentos da RAS nos procedimentos pertinentes que envolvam ações educativas presenciais, híbridas ou EAD;
- VII. Planejar, organizar e controlar as atividades financeiras e de infra-estrutura da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- VIII. Elaborar estudo orçamentário da receita e despesa;
- IX. Propor ao Diretor, as condições dos Contratos dos Docentes e Profissionais da Área pedagógica e de Prestação de Serviços Educacionais.

O Coordenador Pedagógico/Administrativo deverá propor metodologias para a realização da avaliação dos Cursos junto ao corpo discente e docente de modo a contemplar todos os aspectos didático-pedagógicos.

Suporte Tecnológico e Design Instrucional

O Suporte Tecnológico e Design Instrucional é realizado por profissional de nível Superior indicado pela Diretoria da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. O responsável pelo Suporte Tecnológico e Design Instrucional tem como atribuição a organização, manutenção do ambiente virtual de aprendizagem (AVA Moodle) e apoio ao Corpo Docente na realização das atividades EAD. Compete ao Suporte Tecnológico e Design Instrucional:

- I. Auxiliar o professor no planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para salas virtuais;
- II. Auxiliar o professor na tomada de decisões pedagógicas frente ao processo de ensino aprendizagem virtual;
- III. Compreender as tecnologias a serem empregadas na EAD e dialogar com os diversos profissionais envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem dessa modalidade;
- IV. Analisar as necessidades de suporte a serem utilizados no processo de ensino e aprendizagem virtual;
- V. Sugerir o desenvolvimento, criação ou adaptação de material para EAD;
- VI. Orientar e acompanhar a inclusão/vinculação de alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA/Moodle;
- VII. Criar e replicar turmas e salas virtuais;
- VIII. Monitorar o desempenho da infraestrutura e dos meios tecnológicos;
- IX. Criar o organizar disciplinas na plataforma em categorias;

- X. Alimentar o ambiente com notícias e informativos referentes às atividades realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- XI. Preparar coordenadores, tutores, professores para a utilização das ferramentas disponíveis na Plataforma Moodle;
- XII. Acompanhar o gerenciamento de usuários da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo;
- XIII. Elaborar semestralmente, relatório das ações desenvolvidas pelo Suporte Tecnológico;
- XIV. Orientar um conjunto de métodos, técnicas e recursos a serem utilizados em processos de ensino-aprendizagem nas salas virtuais.

Assistência Pedagógica aos cursos EAD

A Assistência Pedagógica de Cursos EAD é a área técnica responsável pelo apoio ao desenvolvimento de cursos e treinamentos ministrados de através da plataforma virtual de ensino. O Assistente Pedagógico de Cursos EAD é profissional da Saúde de Nível Superior designado pelo Diretor da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições do Assistente Pedagógico dos EAD:

- I. Realizar a inclusão/vinculação de alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA/Moodle;
- II. Realizar o gerenciamento de usuários da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo - (adicionar um novo usuário, modificar contas, relatórios de usuário, autenticação...);
- III. Apoiar do ponto de vista técnico e operacional, as ações que conduzam a execução de atividades educacionais realizadas na modalidade à distância na RAS;
- IV. Preparar para a Diretoria os relatórios semestrais sobre as atividades de Cursos à Distância.

Assistência Pedagógica aos Cursos Médicos

O Assistente Pedagógico dos Cursos Médicos é profissional da Saúde de nível Superior indicado pela Diretoria da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições do Assistente Pedagógico dos Cursos Médicos:

- I. Apoiar do ponto de vista técnico e operacional, as ações que conduzam a execução de atividades educacionais realizadas na RAS;
- II. Informar processos relacionados a Acordos, Contratos e Convênios de interesse educacional na RAS;
- III. Preparar para a Diretoria os relatórios semestrais sobre as atividades de Cursos Médicos.

A Assistência Pedagógica dos Cursos Médicos apoia o desenvolvimento dos seguintes Programas:

- I. Pós-Graduação Lato sensu;
- II. Capacitação e Desenvolvimento – Interno e Externo;
- III. Estágios.

O Assistente Pedagógico dos Cursos Médicos deverá propor ações de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Rede de Atenção à Saúde de São Bernardo do Campo.

Assistência Pedagógica aos Cursos Multiprofissionais e Técnicos

A Assistência aos cursos destinados à equipe multiprofissional e técnicos área técnica responsável pelo desenvolvimento modalidades de ensino de pós-graduação *lato sensu* destinada a profissionais recém formados na área da saúde, sob a forma de curso de especialização caracterizado por ensino em serviço, sendo seu Corpo Técnico formado por profissionais ligados aos Programas de Residência Médica, Multiprofissional e Estágios da RAS de São Bernardo do Campo. O Assistente Pedagógico dos Cursos Multiprofissionais e Técnicos é profissional da Saúde de Nível Superior designado pelo Diretor da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. A Assistência aos Cursos Multiprofissionais apoia o desenvolvimento dos seguintes Programas:

- I. Pós-Graduação Lato sensu;
- II. Capacitação e Desenvolvimento – Interno e Externo;
- III. Estágios.

O Assistente Pedagógico dos Cursos Multiprofissionais e Técnicos deverá propor ações de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da RAS.

Comissões

As comissões COREME (Comissão de Residência Médica), COREMU (Comissão Residência Multiprofissional) e COEST (Comissão de Estágios) possuem regimento próprio e compõem a estrutura da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições da COREME o planejamento, a coordenação, a supervisão, a articulação, o acompanhamento e a avaliação de todos os programas de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições da COREMU o planejamento, a coordenação, a supervisão, a articulação, o acompanhamento e a avaliação de todos os programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo. São atribuições da COEST o planejamento e a coordenação dos campos de Estágios, acompanhamento da execução das cláusulas formalizadas por meio dos termos de parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo e Instituições de Ensino.

Secretaria Escolar

A Secretaria Escolar é o órgão encarregado de coordenar e executar os serviços de apoio necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas da Escola. É composta por um Secretário, portador de diploma de nível superior, indicado pelo Diretor, contando com auxiliares no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e administrativos.

Além do material necessário para o expediente, a Secretaria manterá, sob a supervisão do Secretário, os livros de registros, inscrições e demais assentamentos escolares, exigidos pela legislação de ensino, e aqueles necessários à organização administrativa, que somente poderão ser retirados da Secretaria com autorização da Coordenação Geral. São atribuições do Secretário:

Planejar, dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria relativos à:

- I. Escrituração de matrícula, aproveitamento de estudos, frequência, notas de provas, trabalhos e/ou outros atos escolares;

- II. Organização e atualização dos prontuários dos alunos, com os documentos legais ou regimentalmente exigidos para a matrícula, promoção, aproveitamento de estudos e registro de certificados;
- III. Documentação e cadastro dos docentes/supervisor, de acordo com as normas emanadas pelo órgão competente;
- IV. Elaboração e controle das listas de presença dos alunos;
- V. Organização e manutenção dos arquivos.
- VI. Colaborar com a Coordenação na organização e execução do processo seletivo dos candidatos aos cursos de pós-graduação, quando houver;
- VII. Distribuir os serviços da Secretaria equitativamente entre seus servidores, dirigindo, coordenando e fiscalizando sua execução;
- VIII. Redigir os requerimentos que tiverem de ser submetidos ao Diretor e ao Coordenador;
- IX. Cumprir e fazer cumprir despachos e determinações da Direção e da Coordenação;
- X. Secretariar as reuniões lavrando as respectivas atas;
- XI. Fazer publicar, nos murais da Escola, os mapas de frequência, bem como os totais das aulas ministradas por disciplina, classe e curso;
- XII. Abrir e encerrar, com o Diretor, os termos nos livros que se fizerem necessários;
- XIII. Zelar pela disciplina no recinto da Secretaria, não permitindo a presença de pessoas estranhas;
- XIV. Diligenciar junto aos docentes/supervisores no sentido de serem entregues à Secretaria, nos prazos estipulados, notas de aproveitamento, monografias e outros documentos necessários;
- XV. Efetuar o desligamento do aluno dos cursos em caso de abandono, desistência ou reprovação em módulos ou disciplinas;
- XVI. Atualizar periodicamente o cadastro de docentes/supervisores com os últimos documentos de suas titulações;
- XVII. Colaborar com o Coordenador na disciplina e ordem nas dependências da Escola;
- XVIII. Responsabilizar-se pela organização do arquivo, mantendo a Secretaria atualizada em relação à legislação da educação superior.

Corpo Discente

Constitui corpo discente da Escola os trabalhadores e gestores do SUS em São Bernardo do Campo. A definição do público participante ocorrerá para cada uma das ações considerando processo de qualificação da demanda de qualificação identificada. As entradas possíveis variarão de acordo com o projeto político pedagógico de cada ação educacional e podem ocorrer por meio de:

- I. Editais públicos de seleção de alunos;
- II. Identificação de público específico segundo variáveis (por exemplo: categoria profissional; territorialização, área ou órgão de atuação, entre outros).

Os alunos serão matriculados em cursos de:

- I. Especialização;
- II. Aperfeiçoamento;
- III. Extensão Universitária;
- IV. Outros.

Corpo Docente

Os docentes/supervisores poderão ser convidados externos ou colaboradores da RAS. Serão indicados pelo Responsável do Curso e poderão contar, a seu critério, com a colaboração de auxiliares para o acompanhamento de seminários, aplicação de provas e supervisão de outras atividades didáticas vedadas à atividade docente.

O corpo docente/supervisor dos cursos de Aperfeiçoamento, Extensão Universitária será formado por professores com título de mestre, doutor ou especialista. Os docentes/supervisores portadores de diploma de curso superior, devidamente registrado, com experiência na área do curso, também poderão ministrar aulas nesses cursos.

I.3 Infraestrutura Física

De acordo com levantamento realizado em 2020 pela Divisão de Educação Permanente, a infraestrutura disponível na Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo, para ações educativas, conta com os seguintes recursos:

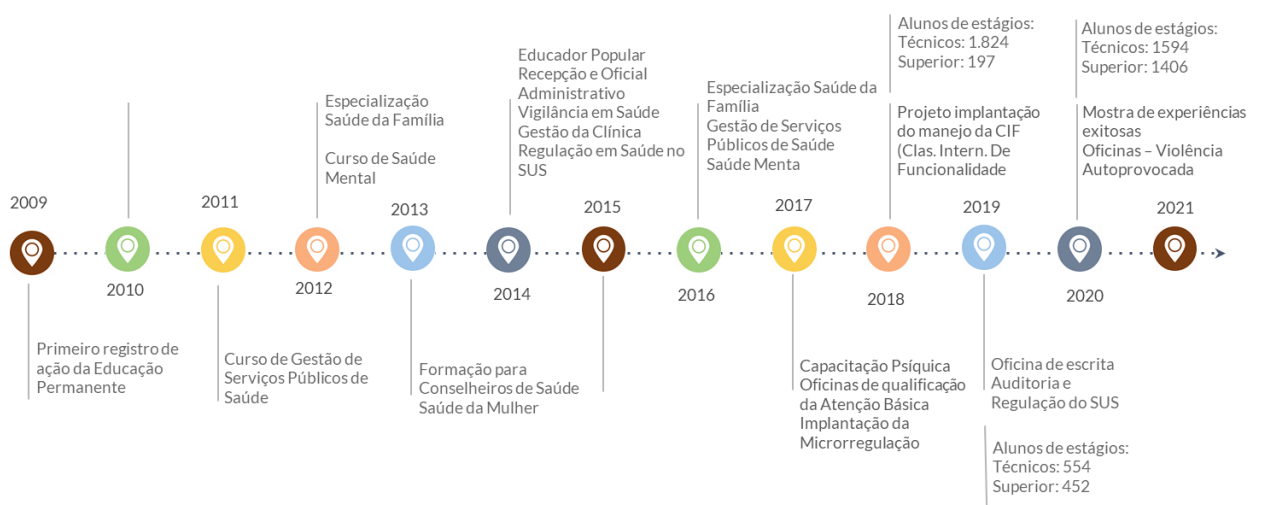
Auditórios										
	Pessoas	Cadeiras	Mesa de Apoio	Computador	Caixas de Som	Lousa	Tela retrátil	Datashow	Ar Condicionado	Microfone
HU	50	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Possui	Em aquisição
HC	200	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	adquirir microfone
HMU	35	Manutenção	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	adquirir microfone

Salas de Aula										
	Pessoas	Cadeiras	Mesa de Apoio	Computador	Caixas de Som	Lousa	Tela retrátil	Datashow	Ar Condicionado	Microfone
Educação Permanente	25	Adquirir 25	Adquirir	Notebook	Adquirir	Possui	Adquirir	Possui	Manutenção	adquirir microfone
UBS Vila Dayse	35	Adquirir 35	Possui	Computador	Adquirir	Adquirir	Possui	Possui	Possui	adquirir microfone
HU	40	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Possui	Em aquisição
HU	20	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Em aquisição	Possui	Em aquisição
Vigilância	35	Manutenção	Possui	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Possui	adquirir microfone
SAMU	25	Adquirir 25	Possui	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Adquirir	Adquirir	adquirir microfone

Upa Rudge Ramos	25	Adquirir 25	Possui	Possui	Adquirir	Possui	Adquirir	Adquirir	Possui	adquirir microfone
HC	30	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	adquirir microfone

I.4 Desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde no município de São Bernardo do Campo

O município de São Bernardo do Campo reconhece o SUS como um espaço formativo, proposta esta que compreende a rede de saúde como espaço de ensino-aprendizagem para os profissionais, os gestores e também para os estudantes dos vários cursos da saúde. A Divisão de Educação Permanente vem apoiando ações educativas desde de 2009. Na imagem, vemos algumas das ações realizadas com o apoio da Educação Permanente:



Em 2021, pensando na definição de premissas, diretrizes e requisitos para Escola de Saúde de São Bernardo do Campo foi elaborado o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PPP, em sintonia com a missão, a visão e os valores da Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo que abrangem as concepções educacionais, as metodologias de ensino e aprendizagem, o modelo curricular, entre outros. Já o PDI configura-se como um dispositivo de gestão e planejamento que constitui a identidade de uma instituição, orienta a estrutura organizacional, as ações e as estratégias para alcançar os objetivos, as diretrizes, os indicadores e as metas.

I.5 Missão, Visão e Valores

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo seguirá a missão, visão e valores da Secretaria de Saúde:

Missão: Promover o bem estar da população de São Bernardo do Campo com ações de saúde para a pessoa e para comunidade.

Visão: Ser referência e reconhecida pela comunidade, gestores e colaboradores como serviço de excelência nas ações de saúde, pela ampliação de cobertura, incorporação de inovações tecnológicas e satisfação dos usuários e profissionais.

Valores:

- Ética
- Humanização
- Comprometimento
- Transparência
- Cooperação
- Criatividade
- Urbanidade
- Equidade
- Sustentabilidade

Objetivos:

- ser uma Escola do SUS, para produzir e disseminar conhecimento junto a seus usuários, trabalhadores e gestores por meio da Educação Permanente em Saúde;
- ser uma Escola do Município para formação, pós-graduação, qualificação, aperfeiçoamento profissional de agentes públicos que atuam no e com o SUS;
- ser uma instituição de assessoramento técnico para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

I.6 Eixos e Objetivos Estratégicos

Tendo em vista o processo de desenvolvimento institucional da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo relatado anteriormente e seus objetivos, foram definidos objetivos estratégicos institucionais para os próximos cinco anos. Os objetivos foram agrupados em categorias descritas a seguir:

Eixo 1 – Formação em Serviço

Problematizar as práticas vivenciadas pelos trabalhadores, buscando promover a revisão de processo de trabalho no cotidiano do SUS, integrando as diversas áreas dentre do RAS. Objetivo de definir as premissas e as diretrizes necessárias para o desenvolvimento dos profissionais da saúde, conforme o papel que esses desempenham na instituição. Para execução deste objetivo faz-se necessário identificar frentes de trabalhos a serem desdobradas em planos de ação.

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
OE1	Plano de formação em serviço	Elaboração de plano de formação em serviço com definição de planos de ações educativas para formação em serviço.
OE2	Atuar em parceria com instituições formadoras	Estabelecer parcerias com instituições formadoras afim de fornecer cursos estratégicos para formação e atualização de gestores da Secretaria de Saúde de SBC

Meta	Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
M1	Execução das frentes de trabalho*	3 frentes	5 frentes	7 frentes	8 frentes	9 frentes
M2	Nº de alunos formados em parcerias com instituições formadoras	20	40	60	80	100

*Obs: Metas cumulativas

Eixo 2 – Educação em Saúde: Ampliação da Produção Institucional (Educação e Pesquisa)

Garantir formações visando a melhoria da qualidade da atenção em saúde, buscando aprimoramento das políticas públicas do SUS. Nesta categoria, foram agrupados os objetivos e metas que contribuirão para a ampliação da oferta de ações educacionais e de pesquisa pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, seja pela centralização das ações, seja pelo fortalecimento da educação a distância, para sua capilarização em todo o território do município

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
OE3	Fortalecer a Educação a Distância	A utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem possibilita atingir alunos dispersos geograficamente no município. Este fortalecimento se dará por meio da estruturação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e portfólio de cursos EaD.
OE4	Autorização e formalização de pós-graduação <i>latu sensu</i>	Atualmente, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo busca autorização e formalização de suas ações de ensino para que possa realizar a oferta as turmas de pós-graduação devidamente autorizadas pelo CEE-SP.
OE5	Centralizar as ações de educação	As ações educativas deverão ser centralizadas na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo de forma a facilitar a oferta, participação dos alunos e rotinas administrativas.
OE6	Ofertar portfólio contínuo de ações educacionais presenciais	Faz-se necessária a definição de um portfólio de ações educacionais estratégicas para o SUS, com oferta regular e contínua.

Meta	Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
------	-----------	------	------	------	------	------

M3	Alunos qualificados por EaD*	?	1000	2000	3000	4000
M4	Cursos de Especialização autorizados*	-	1	2	3	3
M5	Turmas de cursos livres ministrados pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo *					
M6	Ações educacionais presenciais estratégicas ofertadas de maneira contínua*					

*Obs: Metas cumulativas

Eixo 3 – Modernização dos processos de gestão

Nesta categoria, foi descrito um objetivo e uma meta referentes aos processo de gestão que dão suporte ao cumprimento da finalidade da instituição:

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
OE7	Implantar modelo de gestão acadêmica	Para viabilizar o alcance de outros objetivos estratégicos já descritos e inovar, deve haver uma modernização e informatização da gestão acadêmica, com foco na implementação de sistema eletrônico de Gestão Acadêmica.

Meta	Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
M7	Sistema eletrônico de Gestão Acadêmica implementado	1 modelo apresentado	1 modelo implantado	1 modelo implantado	1 modelo implantado	1 modelo implantado

Eixo 4 – Fortalecimento da atuação estratégica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

Nesta categoria, foram agrupados os objetivos e metas referentes aos processos de gestão que dão suporte ao cumprimento da finalidade da instituição:

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
OE8	Aprimorar a atuação da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	Busca-se valorizar o papel da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, com vistas ao fortalecimento de sua atuação na definição e desenvolvimento das políticas institucionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo inerentes às atividades ofertadas.
OE9	Aprimorar a gestão da informação na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	Pretende-se promover uma cultura institucional com fluxos e processos definidos. Elaboração de manual com a descrição dos procedimentos operacionais

		padrões desenvolvidos na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo
OE10	Formar e capacitar equipe Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	Pretende-se atuar diretamente na formação da equipe que estará diretamente atuando na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, valorizando suas habilidades e buscando o fortalecimento da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo
OE11	Boletins para divulgação das ações Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	Busca-se divulgar as ações realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, portfólio e calendário de cursos eletronicamente
OE12	Formalização Institucional da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo – Fase 1	Pretende-se formalizar a criação da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo via Decreto Municipal.
OE13	Fortalecimento Institucional da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo via credenciamento estadual ou federal – Fase 2	Fortalecer a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo via credenciamento no Conselho Estadual de Educação (CEE) e Leis federais

Meta	Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
M8	Plano estratégico de atuação da ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado
M9	Elaboração de manual com POPs Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	1 manual elaborado e implementado	1 manual elaborado e implementado	Revisão manual elaborado e implementado	1 manual elaborado, implementado e revisado	1 manual elaborado, implementado e revisado
M10	Plano de capacitação da equipe Escola de Saúde de São Bernardo do Campo	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado	1 plano elaborado
M11	Boletins eletrônicos*	1	3	5	7	9
M12	Decreto Municipal	1 decreto publicado	1 decreto publicado	1 decreto publicado	1 decreto publicado	1 decreto publicado
M13	Credenciamento junto ao CEE		Plano de curso de Especialização e consulta ao CEE	Credenciamento junto ao CEE e MEC (EAD)		

Eixo 5 – Fortalecimento da atuação estratégica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

Nesta categoria, foram agrupados os objetivos e metas referentes aos processos de gestão que dão suporte ao cumprimento da finalidade da instituição:

III. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Entendido como um documento “que deve explicitar os fundamentos políticos e filosóficos caros” à instituição formadora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta os princípios e pressupostos didático-metodológicos que permitem orientar e operacionalizar o dia-a-dia da escola (PRONKO, 2013).

De acordo com Padilha (2017) o projeto político pedagógico representa um horizonte de possibilidades e ainda fornece a direção de acordo o que se quer quanto à educação, ao cidadão e ao projeto de sociedade; implicam em organização e compartilhamento dos entendimentos dos professores alunos, funcionários, comunidade.

Além de apresentar quais são os fundamentos e princípios que regem a prática educativa da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo (ES-SBC), o PPP também define a intenção da escola enquanto instituição formadora, apresentando qual o tipo de trabalhador se pretende formar (PRONKO, 2013). Assim, ele é um documento que está em permanente (re)construção, uma vez que, compreendendo os trabalhadores/alunos como sujeitos históricos e os processos educativos como potência para transformar suas realidades, o PPP deve ser periodicamente revisitado e reescrito a partir do momento histórico vivido (FREIRE, 2013).

Dessa maneira, cabe registrar que este é somente um primeiro movimento de escrita do Projeto Político Pedagógico da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. O PPP da Escola foi construído a partir das discussões que resultaram na descrição dos objetivos da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e na sua estrutura orgânica.

III.1.1 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Para realizar suas ações educacionais, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo apresenta alguns fundamentos e princípios que orientam e apontam para um processo educativo que busca resgatar dos trabalhadores, do controle social e da gestão do SUS o conceito de cidadania, possibilitando uma reflexão crítica e o domínio de conhecimentos indispensáveis à reformulação de suas práticas. São eles:

1. Educação Permanente em Saúde;
2. Articulação constante da teoria com a prática;
3. Concepção Crítica de Educação
4. Interdisciplinaridade;
5. Andragogia.

III.1.2 Educação Permanente em Saúde

A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem sido trabalhada dentro dos serviços de saúde e é uma modalidade de intervenção de enorme potencial que alcançou diversos graus de visibilidade e prioridade em função das concepções e enfoques administrativos e organizacionais vigentes. Um considerável avanço foi gerado sobre suas dimensões conceituais e metodológicas, incluindo extensas experiências de validação. Sem dúvida, na medida em que as experiências avançam, parece necessário identificar e delimitar um espaço que poderíamos denominar de “gestão” da EPS, que nos permita, mediante um aprofundamento das relações entre Educação Permanente, Estilos Administrativos e Cultura Organizacional, identificar mecanismos que incrementem a eficácia e o impacto destas.

De acordo com a OMS, a definição de EPS, compreende a educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho, nos diferentes serviços, cuja finalidade é melhorar a saúde da população (ROVERE, 1994). Portanto está diretamente relacionada à qualidade do atendimento da atenção, que quando não é satisfatória transforma-se num grande problema social. Isto torna evidente que, sendo os serviços de saúde, serviços de pessoas para pessoas, o principal fator de qualidade da atenção está constituído pela disponibilidade, atitude, conhecimento e desempenho da saúde.

A proposta de EPS surge não como uma opção didático-pedagógica, mas como opção político-pedagógica, em que os atores da saúde são formados com base na reflexão e análise de problemas da realidade em que atuam, permitindo a superação do domínio das técnicas, com integração da experiência prévia aos conceitos científico-tecnológicos que permeiam os quatro pilares da formação para a área da saúde: o ensino, a gestão, a atenção e o controle social.

Ao se fazer como proposta político-pedagógica que permite o desenvolvimento continuado dos trabalhadores, da gestão e do controle social, a Educação Permanente em Saúde supera o aspecto didático-metodológico já que tem como objetivo não só a mudança no conhecimento e no exercício das práticas profissionais em saúde, mas também nas “dimensões éticas da vida, do trabalho, do homem, da saúde, da educação e das relações” (Ceccim; Ferla, 2006).

A proposta da EPS tem como concepção a aprendizagem-trabalho, a partir dos problemas enfrentados na realidade, e leva em consideração as experiências e os conhecimentos que as pessoas já possuem. Assim, é importante que, ao se pensar em ações educacionais nessa concepção, elas tenham como objetivos:

- transformar as práticas e os serviços de saúde;
- promover o processo ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho;
- contribuir com a concretização do compromisso social e profissional.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário se pensar que no cotidiano do trabalho em saúde se produz conhecimento, se criam alternativas e caminhos. Dessa maneira, a EPS coloca o trabalho e as relações aí tecidas no centro, como objeto de análise, propondo o encontro entre o mundo da formação e do trabalho, por meio da intersecção entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços.

Para além de participações em cursos, a EPS procura reconhecer e valorizar os muitos fluxos que correm junto ao aprendizado que acontece no cotidiano do trabalho. Dessa maneira, a EPS não

se limita a participação individual em cursos de formação sobre temas relacionados ao trabalho em saúde, qualquer que seja sua natureza, nem se resume, fundamentalmente, às formações ofertadas no serviço. A EPS configura-se como um canal de comunicação para o diálogo sobre experiências, afetações, implicações, desafios e outras possibilidades que surgem com o trabalho, no trabalho.

Freire (2013) defende o diálogo como elemento primordial das relações educativas, das relações humanas. *“Parece que dialogar é uma tarefa bastante conhecida, bastante próxima de todos (...). Entretanto, a aparente familiaridade traz em si desafios(...).”* Para que essa relação dialógica possa ser uma ferramenta do processo educativo, é necessário que se estabeleça uma escuta atenta ao que o outro nos apresenta – seja o paciente, o colega de trabalho ou o aluno. E para que se desenvolva uma escuta atenta, é preciso compreender que não há saber mais e nem saber menos, o que existe são saberes diferentes (FREIRE, 2010). Dessa maneira, se reafirma a ideia de que todas as pessoas possuem saberes advindos de suas experiências de vida, suas experiências profissionais, de cursos e leituras feitos ao longo da vida. *“Todos esses saberes prévios são importantes e devem ser valorizados”* especialmente nas ações educativas voltadas para os trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS.

Nesse sentido, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõe que ações educacionais se deem por meio de processos que sejam capazes de transformar as práticas e os serviços. Processos esses que ocorram a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados nessa prática e que contribuam para a concretização de uma política de saúde que atenda aos princípios e diretrizes do SUS e na qual os profissionais de saúde, a gestão, as instituições de ensino, o controle social e os usuários produzam encontros e diálogos, construindo assim, novas formas de compreender e atuar no SUS.

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõe estabelecer uma nova cultura institucional, alinhando novas metodologias, tendências e tecnologias em desenvolvimento na formação de pessoas, contribuindo para a capilarização e o fortalecimento dos protocolos das linhas de cuidados (Materno Infantil, Hipertensão, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas) como prioridade entre outras temáticas.

III.1.3 Articulação constante da teoria com a prática cotidiana

Ter a Educação Permanente em Saúde como um dos princípios que norteiam as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, implica em se pensar a prática e a teoria como conceitos centrais das ações educativas. Estes conceitos, até então, aparecem na teoria educacional em relação dicotômica. Segundo Freire (1997), não há como superestimar ou subestimar um conceito ou outro. Um implica o outro, em necessária, contraditória e processual relação. Teoria e prática, em suas relações, se precisam e se completam. *“A prática não é a teoria de si mesma. Mas, sem ela, a teoria corre o risco de perder o tempo de aferir sua própria validade como também a possibilidade de se refazer”*. A questão é como desvelar a prática no sentido de ir conhecendo e (re)conhecendo nela a teoria pouco ou ainda não percebida. Isto só será possível de concretização a partir de uma reflexão sobre esta prática.

Neste contexto, a problematização é um princípio da EPS que convida e orienta a desenvolver processos de estranhamento diante das realidades que habitam docentes-trabalhadores e alunos trabalhadores/gestores/controlado social, possibilitando a discussão das relações de

trabalho e ensino, dos problemas enfrentados na realidade e suas hipóteses de solução, bem como pensar as características socioculturais do meio em que trabalho em ato acontece. Nessa perspectiva, o caráter de integração se dá justamente pelo restabelecimento das relações entre os conteúdos, as técnicas e a tecnologia que o fundamentam, ou seja, a integração da teoria, prática e a realidade social.

Ter como premissa a articulação entre a teoria e a prática significa pensar em processos educativos que superem o enfoque puramente de capacitação técnica, já que parte do pressuposto que o trabalho também é um contexto de formação. Isso pode ser percebido quando, no processo de formação, de qualificação e de educação permanente dos atores da saúde, este se apropria dos conhecimentos científicos e os transforma em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão obtida por meio da construção de seu conhecimento mediado por sua realidade imediata. Essa transformação do conhecimento científico-tecnológico em técnicas e procedimentos é que permite a evolução de conceitos e métodos científicos, além de permitir a evolução dos sujeitos que alavancaram essa evolução e que estão envolvidos naquele processo histórico-social.

É por isso que a formação para e no trabalho, que tem por base uma proposta educacional histórico-crítica, que busca a formação de sujeitos que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade, permite muito mais do que o domínio dos saberes necessários ao fazer, mas a própria revisão desse saber. Trata-se de um movimento dialético entre saberes técnicos e tecnológicos, que envolve uma relação interpretativa entre conhecedor e conhecido, a partir da geração de um conjunto de significados construídos histórica e socialmente pela relação entre interesses sociais, representações individuais e práticas coletivas, em um continuum de criação e (re)criação. Assim, os processos de formação, qualificação e de educação Permanente não são estáticos, mas sim, processos de “construção individual e coletiva, onde os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais e, neste sentido, não pode ser tomada como construção teórica acabada” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.21).

Outra questão importante, é que os espaços de trabalho e de ensino-aprendizagem são diferentes e devem ser analisados sob diversas formas e a partir de suas singularidades, tanto profissionais, quanto culturais e sociais.

Assim, a oferta de ações educacionais que objetivem a formação, a qualificação e a educação permanente dos trabalhadores, da gestão e do controle social do SUS para atuarem em diversos contextos, principalmente com o princípio da promoção da saúde, tem que levar em conta as experiências pessoais concretas dos indivíduos e dos grupos culturais nos quais se encontram inseridos. Dessa maneira, pode se permitir uma efetiva interação entre ensino e serviço, a interação docente-aluno-ensino-serviços-comunidade e o processo de ensino-aprendizagem pode ser adaptado a cada realidade local e aos padrões culturais próprios de uma determinada estrutura social.

Nessa perspectiva, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo trabalha a partir da necessidade de promoção de uma reflexão dos trabalhadores, da gestão, e do controle social sobre a própria realidade dos serviços, através de um diálogo entre o acúmulo de diversos campos de conhecimento e, dentre esses, o da vivência, seja a da comunidade, bem como a dos próprios alunos no cotidiano de seu processo de trabalho e de atuação no SUS.

III.1.4 Concepção Crítica de Educação

Pensar a articulação teoria e prática é compreender que o processo educativo dos alunos – dos trabalhadores, da gestão e do controle social da saúde - é “engendrado nas relações sociais que ele estabelece com o mundo e, de modo mais amplo, o entendimento da sociedade como um lugar de criação do homem”. Através das relações que são estabelecidas pelos sujeitos entre si e com os conhecimentos historicamente construídos, é possível que, a partir das ações educacionais das quais eles participam, esses atores venham se tornar mais críticos e utópicos, “construindo formas qualificadas de pensar e planejar ações nas áreas da saúde” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.9).

Articular teoria e prática e utilizar pressupostos políticos-pedagógicos da Educação Permanente em Saúde, faz com que as ações educacionais realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo apresentem propostas pedagógicas de cunho progressista (modelo histórico-dialético), na qual, a partir da reflexão sobre a prática, de forma contextualizada e problematizadora, a aprendizagem seja significativa e possibilite mudanças nas práticas dos serviços de saúde.

Propor ações educacionais a partir de uma concepção crítica da educação é fomentar capacidade de crítica, a busca de novos caminhos e a proposição de novas soluções. Para isso, é necessário buscar continuamente o olhar para perguntas críticas, problematizar, buscar novos conhecimentos e em diálogo, construir novas formas de compreender, atuar e entender as diferentes realidades valorizando as alternativas e soluções criadas. Assim, refletir criticamente demanda um posicionamento a partir da realidade que se apresenta.

Nesse sentido, os alunos trabalhadores são considerados sujeitos do processo histórico, que trazem experiências e vivências que não podem ser desconsideradas no processo ensino-aprendizagem. Assim, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo tem como compromisso não só com que os alunos adquiram conhecimentos, mas também a formação, qualificação e educação permanente de sujeitos críticos que atuem na transformação da sociedade. E ser docente nessa perspectiva exige do profissional um exercício contínuo de autoavaliação, empatia e contínuo aprendizado.

III.1.5 A Interdisciplinaridade

A abordagem interdisciplinar dos temas que caracterizam a atividade em saúde pressupõe uma mudança na concepção de homem, de conhecimento biomédico e de relações interpessoais entre os profissionais, usuários, gestão e controle social. A experiência interdisciplinar não poderia existir sem a necessária transformação da visão de ser humano dos atores que nela estão envolvidos, pela substituição do profissional individualista e de formação concluída por aquele em constante aprendizado.

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como a “tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos”. Assim, nos processos educativos, é necessário que se compreenda que os conhecimentos científicos não podem ser separados da vida social e de outras esferas da vida

humana. Ou seja, “é necessário entender a interdisciplinaridade no âmbito de uma dimensão política e ética” (PEREIRA, 2008).

Entender que o conhecimento não é algo acabado, mas que é construído através do diálogo, das indagações, das reformulações e das reflexões críticas, faz com que se compreenda que o conhecimento científico deve ser tratado em sua dimensão histórica e política. Assim, a interdisciplinaridade se apresenta como um caminho para a “(re)construção do conhecimento unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. Na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, essa noção é materializada em práticas e reflexões como a integração de conteúdos e a interação entre ensino e pesquisa” (PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, os trabalhadores da área de saúde, da gestão e do controle social que participam das ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo devem ter em mente sua incompletude, a curiosidade, a abertura para o diálogo e a troca de reflexões com os outros profissionais especialistas, docentes e alunos. Entretanto, também é preciso ter consciência dos limites e possibilidades das ações educacionais “no processo de mudança de paradigma das ciências e da transformação do mundo do trabalho”, ou seja, a interdisciplinaridade não poder “ser construída a partir de premissas que percam de vista a totalidade das questões que ela tem a enfrentar” (PEREIRA, 2008).

A busca interdisciplinar pressupõe, por parte dos profissionais envolvidos – alunos, docentes e coordenações de cursos –, uma tomada de decisão pessoal a respeito de sua formação e atuação no SUS. Como decisão política, os profissionais envolvidos devem superar a fragmentação e extrema especialização do conhecimento biomédico e começar a trabalhar em equipe pela transformação das reuniões, aulas e outros espaços em momentos de estudo e de compartilhamento. A adoção de uma postura interdisciplinar por parte dos profissionais da área de saúde, da gestão e do controle social a respeito da sua formação pressupõe também uma reorientação na forma como o planejamento vem sendo feito em sua atuação no SUS, pois a adoção de uma postura epistemológica não é algo que se possa organizar usando os moldes tradicionais de planejamento.

III.1.6 Andragogia

As ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são voltadas para diversos atores do SUS: usuários do SUS, trabalhadores, gestão e controle social. É um público diferenciado, ou seja, são “adultos” atuantes no SUS. A partir das especificidades dos processos educacionais voltados para esse público, o conceito de Andragogia pode nos dar a sustentação para o exercício das atividades educativas propostas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.

A Andragogia é entendida como a atitude educativa dirigida para o adulto em situação de aprendizagem. Para entender esse conceito, faz-se necessário compreender que os processos de ensino-aprendizagem acontecem em diversos espaços e tempos, ou seja dar um novo sentido aos processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam ao longo da existência, ampliando, assim, a concepção de educação para além do sentido de oferecimento da escolarização, alfabetização, ensino fundamental e médio, incluindo outros espaços, tempos e ações educativas, de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais, etc (GONÇALVES; FARTES, 2010).

Nesse contexto, as ações educacionais construídas devem sempre levar em consideração o perfil dos atores envolvidos, no caso específico da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, os usuários, trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS, e não devem ser voltadas somente para formações, qualificações ou processos de educação permanente meramente técnicos ou operacionais, mas devem ser voltadas para a efetivação de práticas emancipatórias e cidadãs.

Isto significa afirmar que a preparação do trabalhador não deve corresponder mais à antiga técnica de disciplinamento da força de trabalho, como a existente na estrutura anterior, mas promover uma formação que possibilite às pessoas transformarem as informações, acessadas por meio das diversas tecnologias, em conhecimentos vivos e significativos. Conhecimentos vinculados a uma nova condição humana, que possam não somente capacitar para o desempenho de uma função, mas, sobretudo, desenvolver nos sujeitos a capacidade de se envolver e participar em novas práticas sociais, políticas e culturais (GONÇALVES; FARTES, 2010).

Compreendemos assim, que o ensino e a aprendizagem perpassam por diversas experiências, assim se propõe que as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo sejam realizadas a partir das práticas cotidianas.

A partir dessa compreensão e para atender as necessidades educativas do público adulto que participam das ações ofertadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, levamos em consideração em nossas propostas pedagógicas, além dos aspectos emancipatórios da educação, características do aluno adulto importantes para seu processo ensino-aprendizagem, como a:

- Experiência: são portadores de experiências de vida. São os próprios adultos com a sua experiência que constituem o recurso mais rico para as suas próprias aprendizagens;
- Aprendizagem Significativa: os adultos estão dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor afrontar problemas reais da sua vida pessoal e profissional;
- Reflexão da Prática: nos adultos, a aprendizagem é orientada para a resolução de problemas e tarefas com que se confrontam na sua vida cotidiana;
- Motivação: são os fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem (satisfação, autoestima, qualidade de vida).

Portanto, no planejamento curricular e didático buscamos conteúdos e atividades que valorizam as experiências desse adulto atuante no SUS, buscando conhecimentos que sejam significativos para a sua prática e que os motivem a buscar o novo, a reelaborarem seus processos de trabalho e atuação. Além disso, possibilitar, através do diálogo e da problematização constante entre as vivências dos alunos, os conhecimentos sistematizados e os docentes, os alunos possam se inserir em sua realidade como “verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 2013, p.64).

III.2 Caminho Metodológico

Como já apresentamos, as ações da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são sustentadas no conceito de Educação Permanente em Saúde, ou seja, aquela educação que tem o processo de trabalho como eixo educativo. Para atender a este pressuposto, faz-se necessário a adoção de metodologias e recursos didáticos que promovam a reflexão sobre o processo de trabalho em saúde, bem como a reflexão dos trabalhadores, da gestão e do controle social sobre suas

ações e seu aprendizado, fazendo com que eles possam participar do processo de ensinar-aprender, construindo seus próprios conceitos, conhecimentos e posturas.

Entendemos que o caminho metodológico adequado para propiciar ao educando autonomia diante das demandas da realidade precisa ser eminentemente ativo e participativo, pois uma metodologia passiva, do tipo só expositiva, não oportuniza ao aluno atuar sobre o objeto (realidade, problemas e demandas) tornando-o apenas repetidor de procedimentos e ações previamente delineadas.

Nesse contexto, problematizar a realidade permite integrar teoria à prática social. A partir da identificação de problemas pode-se avançar no processo reflexivo, tendo como base a teoria para, assim, ampliar a compreensão do problema, elaborar soluções contextualizadas, exercitando, desta forma, a autonomia de pensamento e a tomada de decisões nos diversos contextos em que se atua. Além disso, proporciona também uma adequação do que se aprende às necessidades e demandas de um contexto, tornando a aprendizagem significativa para o aluno.

Para isso, o caminho metodológico das ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo se baseia no pensamento reflexivo sobre a prática, atrelado à teoria, levando à consequente reorganização da prática. Esses processos de formação implicam os sujeitos (aluno e docente) em um processo pessoal de questionamento de seu saber e de sua experiência em uma atitude de compreensão de si mesmo e do real que o circunda. É efetivamente a postura de questionamento que caracteriza o pensamento reflexivo.

“O diálogo e a problematização não adormecem ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra na interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação” (FREIRE, 2013).

Assim, as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõem a utilização de metodologias que possibilitem posturas de questionamento, de investigação, de reflexão não somente para os alunos, com também para os docentes. Dessa maneira, o docente tem como objetivo facilitar o desenvolvimento do aluno, mas, ao fazê-lo, também o docente se desenvolve, porque, tal como o aluno, aprende ensinando. Ambos são “participantes” do processo educativo, ou seja, (...) o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isso, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes impostos (FREIRE, 2010).

Compreender aluno como sujeito do processo educativo, significa também compreender que existe uma íntima relação entre docência e discência. Ou seja, a especificidade do ato de educar é entendida como inerente ao ser humano, e “consequentemente, não pode esgotar-se na pura transmissão de conhecimentos” (RAMOS, 2017). Existem várias estratégias didáticas que ajudam a promover a reflexão, especialmente aquelas que partem da realidade dos alunos, entretanto, deve-se ter em mente que estas estratégias não se excluem, pois todas servem para uma compreensão do ato de educar, que está sempre contextualizado e é extremamente complexo.

Assim, ao utilizar a problematização da realidade dos alunos, e, consequentemente, dos serviços no qual eles atuam, se problematiza não somente seu trabalho, mas também as múltiplas

dimensões da totalidade social: “desde as técnico-científicas até as econômicas, sociais, ético-políticas, dentre outras” (RAMOS, 2017).

3.3 A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e a Educação a Distância

Educação a distância (EAD) é uma modalidade educacional na qual o processo de ensino-aprendizagem ocorre por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação com alunos e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou períodos diversos. Com a pandemia por Covid-19, assistimos a uma transformação na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essa modalidade veio colaborar com a ampliação da educação e disseminação do acesso ao conhecimento ao maior número de pessoas, minimizando dificuldades de acesso e deslocamento na participação de ações educacionais.

Entende-se que a mediação das TICs atrelada aos princípios pedagógicos balizadores da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo (educação permanente, articulação entre teoria e prática, concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia) possibilita que as ações educacionais não se traduzam em mera adesão a um discurso impositivo. Dessa forma, a EaD representa importante ferramenta para a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo atingir a sua missão e contribuir para a formação e construção do conhecimento junto a usuários, trabalhadores e gestores do SUS.

O Portal da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo contará com uma área de acesso aos pacientes (usuários SUS) e uma área dedicada à profissionais da saúde. Ao acessar o portal, os alunos poderão escolher cursos, vídeos e protocolos relacionados às Linhas de Cuidados prioritárias. O material estará organizado de acordo com a Linha de Cuidado e também por área de especialização (departamentos da RAS). Os cursos serão disponibilizado via Plataforma Moodle e contarão com recursos como animações, videoaulas, questionários, pesquisas de satisfação, fóruns de discussão para enriquecer a experiência do estudante.

Cursos de Especialização EAD deverão observar as normas fixadas na Deliberação CEE 191/2020 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) (Conselho Estadual de Educação, 2020).

3.4 Organização Acadêmica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

Buscando contribuir com a missão estabelecida para Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo “Promover o bem estar da população de São Bernardo do Campo com ações de saúde para a pessoa e para a comunidade”, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo oferta ações educacionais para diferentes públicos (pacientes e comunidade geral além de profissionais da saúde) em diversas modalidades e níveis de ensino: Cursos Livres, Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e Estágios.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE) é o órgão colegiado do Sistema de Ensino, que tem como finalidade precípua interpretar a legislação federal e estadual e adequá-las ao Sistema de Ensino do Estado. É responsável por normatizar a área educacional do

Estado, interpretando a legislação de ensino; apreciando o Plano Estadual de Educação e autorizando o funcionamento do ensino nas escolas, avaliando a sua respectiva qualidade.

De acordo com o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (Deliberação CEE 197/2021) para cursos de Especialização é obrigatório mínimo de 450 horas incluindo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso com nota mínima estabelecida no Projeto do Curso e frequência mínima de 75% da carga horária prevista para cada componente do Curso. Cursos de Especialização serão oferecidos pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo em momento oportuno (Conselho Estadual de Educação, 2021).

Para cursos de Aperfeiçoamento é obrigatória uma carga horária mínima de 180 horas e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Deliberação CEE 09/98). A carga horária dedicada a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso pode estar distribuída na carga horária total do curso. Já para os cursos de Extensão Universitária é obrigatória carga horária mínima de 30 horas e frequência de 75%. Esta categoria de cursos divide-se em: Curso de Atualização (para graduados) e Difusão Cultural (para comunidade) (Conselho Estadual de Educação, 1998).

3.4.1 Cursos Livres

As ações educacionais ofertadas na modalidade de Cursos Livres podem ser consideradas como ações de educação não formal, ou seja, um tipo de educação que se “desloca” da formalidade da escola (MARQUES; FREITAS, 2017) e podem apresentar duração e públicos variados (usuários, trabalhadores, a gestão, o controle social do SUS, estudantes da área da saúde, conselhos de classe e outros profissionais que atuem no SUS). Nessa perspectiva, as ações educacionais podem também ter objetivos variados, mas, na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, visam sempre as discussões para fortalecimento do SUS.

Os cursos livres também podem apresentar um caráter mais formal, voltados para a formação inicial, continuada e permanente especialmente para os trabalhadores do SUS. Nesse âmbito, esses cursos são destinados ao desenvolvimento, qualificação e atualização de trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, objetivando a reconstrução de aptidões para a vida produtiva e social. Essas ações são realizadas na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo por meio de diversas estratégias, que são utilizadas de acordo com a proposta e o objetivo da ação educacional. Algumas estratégias utilizadas na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são:

- *Seminários*: essa estratégia objetiva a apresentação, discussão e debate em grupo de temas relevantes à área da saúde. O Anexo 1 deste documento apresenta o formulário para sistematização das informações sobre os seminários realizados pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.
- *Oficinas*: são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem problematizada a fim de transformá-la. Objetivam a construção de práticas coletivas de formação e organização. É o tempo-espaco para vivência, a reflexão, a conceitualização; como síntese do pensar, sentir e agir. Como “o” lugar para a participação, a aprendizagem e a sistematização dos conhecimentos. No Anexo 2, temos o formulário para descrição das informações sobre as Oficinas realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.

- *Cursos de Atualização*: têm por finalidade apresentar os conhecimentos técnico-científicos mais recentes para os profissionais da área da saúde graduados. Os cursos possuem duração média de 30h, podendo ter variações em dependência ao conteúdo a ser trabalhado, e podem ser desenvolvidos em Programas de Educação Permanente em Saúde. Ao término do curso, sendo considerado apto, o profissional receberá o certificado de “Atualização Profissional em”. O Anexo 3 apresenta o formulário para descrição dos Cursos de Atualização realizados pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.
- *Cursos de Difusão Cultural*: destinado a comunidade em geral, que necessita de conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde ou conhecimentos específicos da área da saúde. Ao término do curso, ao ser considerado apto, o estudante receberá o certificado de “Curso de Difusão Cultural da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo”. O formulário para descrição e registro dos Cursos de Difusão Cultural pode ser verificado no Anexo 4 deste documento.

Como instituição educacional que valoriza os conhecimentos trazidos pelos alunos, consideramos importante certificar esse momento educativo vivenciado na escola. Por isso, nos cursos livres são certificados os alunos que apresentarem 75% (setenta e cinco) de frequência na carga horária em cada etapa/módulo/oficina e/ou na carga horária total da ação educacional. As listas de presença e certificados são registrados na Escola.

3.4.2 Cursos de Pós-Graduação

A Educação Superior no Brasil é voltada para o atendimento de indivíduos que já concluíram o Ensino Fundamental (profissionalizante ou não) ou que já possuam Diplomas de Ensino Superior. Ela pode ser ofertada nas seguintes modalidades:

- *Cursos sequenciais* - objetivam formação específica por campo do saber, com obtenção ou atualização de qualificação técnica, profissional, acadêmica ou intelectual;
- *Graduação* – ofertada a indivíduos que possuem certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente. É subdividida em: Bacharelado (curso generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo de saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural); Licenciatura (curso que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica); e Tecnologia (curso de formação especializada em área científica e, ou tecnológica; oferece o grau de tecnólogo); e
- *Pós-graduação* - ofertada a diplomados em curso de graduação, visam aprofundar estudos em determinada área do conhecimento. É subdividida em: *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo somente oferta ações de Ensino Superior na modalidade Pós-Graduação *lato sensu*. Ela tem por finalidade formar profissionais com atuação voltada para a saúde coletiva, tendo em vista estimular a produção científica no campo da saúde pública. Esses cursos podem ser no nível de Aperfeiçoamento ou Especialização.

Os cursos de pós-graduação – nível Aperfeiçoamento – tem por objetivo melhorar o desempenho em determinada ocupação, refletindo as exigências de um determinado contexto, “e visam à melhoria de desempenho e de competências anteriormente adquiridas numa

determinada ocupação profissional, ficando ao alvedrio das instituições de educação superior do país definir sua estrutura e especificidade, respeitada a carga horária total mínima de 180 horas” (Parecer CNE/CES nº 263/2006).

Esse tipo de ação educacional não está sujeito à regulamentação legal, ou seja, não são necessárias autorizações do Sistema Educacional (nacional ou estadual), podem ter organização curricular própria e serem elaboradas a partir das necessidades do serviço e da ocupação profissional.

Já os cursos de Pós-graduação *lato sensu* – nível Especialização estão sujeitos à regulamentação legal (Resolução CNE/CES nº 1/2007 e Resolução CEE-SP nº 108/2011) e são entendidos como um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas, que tem em vista educar, qualificar, capacitar, aperfeiçoar e formar o profissional. Elas têm como principal objetivo atender demandas reais, voltadas para atender às necessidades do trabalho, assumindo contornos de pós-graduação profissionalizante.

“É por essa razão que os cursos de especialização também assumem a função de educação continuada, objetivando a inclusão de profissionais nas inovações dos métodos e técnicas mesmo que não estejam diretamente envolvidos nos processos de desenvolvimento de tais avanços. A especialização que qualifica mais o graduado do ponto de vista profissional traduz-se, pois, na pós-graduação que revigora conhecimentos e constrói a competência técnica” (Parecer CNE/CES nº 263/2006).

Esses cursos devem ter duração mínima de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas. Suas matrizes curriculares devem ser estruturadas em áreas temáticas, que podem ser agrupadas em períodos, etapas, módulos ou outras formas de organização, visando sempre qual o melhor formato para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos do curso.

Outra modalidade de cursos pós-graduação são os chamados *stricto sensu*, que podem ser do tipo mestrado ou doutorado. Tais cursos têm por objetivo a formação e a qualificação para o exercício do magistério, para a pesquisa e para atividades técnico-científicas e profissionais. Seus programas devem ser credenciados junto ao MEC ou serem realizados em parceria com instituições já credenciadas.

Apesar de serem considerados de Pós-graduação, os cursos *lato* e *stricto sensu* apresentam intencionalidades diferentes. Os cursos *lato sensu* possuem objetivos mais profissionalizantes, sem abrangência do campo total do saber em que se insere a especialidade, conferindo Certificados (Especialista em ...) e não graus acadêmicos aos alunos. Eles não precisam ser autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), com exceção das Residências, mas devem ser autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), o que confere validade nacional para os cursos.

3.4.3 Residências Médicas e Multiprofissionais

As Residências constituem em uma modalidade de educação profissional pós-graduada multiprofissional, de caráter interdisciplinar, desenvolvida em ambiente de serviço, mediante trabalho sob supervisão (trabalho educativo).

Fundamentada nos princípios do SUS, os Programas de Residência orientam e acompanham atividades de atenção integral à saúde em serviços da rede pública, promovendo atividades de reflexão sobre a prática de atendimento e atuação em Saúde. Trata-se de uma forma integrada de residência pois estabelece a integração dos programas de pós-graduação na modalidade de formação em serviço da Secretaria de Saúde; a integração entre trabalho e educação; a integração de diferentes profissões na equipe de saúde (campo e núcleo de saberes e práticas profissionais em articulação permanente); a integração entre ensino, serviço, controle social e gestão do SUS; bem como a integração dos campos das ciências biológicas, humanas e sociais.

Os programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional desenvolvem-se em diferentes ambientes de ensino em serviço, que constituem os locais de profissionalização, funcionando de maneira articulada às diferentes estratégias de educação permanente dos trabalhadores de saúde destes espaços. Cada ênfase compreende diferentes locais de profissionalização, recorrendo a outras unidades de aprendizagem na busca da diversificação dos cenários de práticas.

Residência Médica: foi instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Funciona em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, sendo considerada o “padrão ouro” da especialização médica. O mesmo decreto criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O Programa de Residência Médica, cumprido integralmente dentro de uma determinada especialidade, confere ao médico residente o título de especialista. A expressão “residência médica” só pode ser empregada para programas que sejam credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Residências Multiprofissionais: criadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129 de 2005, são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais (Resolução CNS nº 287/1998). A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº1.077, de 12 de novembro de 2009, e é coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

Trata-se, enfim, de uma proposta que visa preparar e especializar profissionais para a atuação no SUS, buscando desenvolver aprendizagens para a atenção integral à saúde, que venham se traduzir em acolhimento aos usuários, estabelecimento de vínculos terapêuticos, responsabilização pelo cuidado à saúde, ampliação permanente da resolutividade da ação e estímulo continuado à autonomia das pessoas na proteção a sua saúde.

3.4.4 Estágios

O estágio supervisionado, é de carácter obrigatório para formação de profissionais da área da saúde, de níveis técnicos e superior, sendo imprescindível para a complementação de estudos e como facilitador da prática profissional. A Programação do estágio é elaborada mediante os objetivos específicos do curso e operacionalizado estrategicamente pela Comissão de Estágios da Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo (COEST).

O estágio supervisionado é oferecido mediante assinatura de um Termo de Cooperação de parceria entre a Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo e a Instituição de Ensino interessada no campo de estágio.

3.4.5 Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Após a análise das estratégias didático-metodológicas e da organização acadêmica da escola, é necessário também refletir sobre o modelo avaliativo utilizado na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, modelo este sustentado pela concepção educacional da Educação Permanente em Saúde.

Antes, no entanto, faz-se necessário lembrar que a adoção da Educação Permanente em Saúde na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é uma proposta de educação profissional cujos princípios são delineados pela tendência pedagógica progressista, que traz como diferencial o objetivo da formação não só de trabalhadores, da gestão e do controle social, mas de cidadãos que possam utilizar seus conhecimentos e experiências prévias para significar novos conhecimentos técnico-científicos e, a partir de então, construir um saber que lhes permita exercer seus papéis no SUS de forma competente e condizente com a prática social.

Dessa forma, ao afirmar que a proposta político-pedagógica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é uma proposta de Educação Permanente, seus profissionais e educadores estão assumindo que as ações educacionais serão desenvolvidas por meio de atividades que possibilitem a relação entre o conhecimento prévio de seus alunos e os conceitos técnico-científicos trabalhados em cada uma das ações educacionais. Essa relação, por sua vez, depende de uma postura do docente como mediador/facilitador do processo de aprendizagem, no qual tanto ele, docente/educador, quanto o aluno/educando, tornam-se sujeitos aprendizes.

Por isso, o modelo avaliativo dessas práticas, não pode ser pontual, com o objetivo único de considerar como desenvolvimento satisfatório, aquele demonstrado por meio de respostas a testes cuja referência é uma escala de pontos que possibilita comparações estatísticas. O modelo avaliativo acima descrito é conhecido como modelo tradicional e ainda é muito usado, pela facilidade metodológica que traz em sua aplicação. De acordo com Ramos (2008) “esta última, normalmente, está associada a um curso ou programa e costuma ocorrer em etapas, cujos resultados compõem um grau final. Neste caso, a aprovação das pessoas ocorre com base em uma escala de pontos que, por sua vez, possibilita comparações estatísticas. Quanto aos aspectos avaliados, normalmente não se conhecem as perguntas que serão feitas, e essas devem ser respondidas em tempos previamente definidos”.

Assim, testes com poucas questões, geralmente fechados e desconhecidos aos olhos dos alunos, possuem um gabarito das questões, ou seja, respostas prontas que possibilitam a identificação clara e objetiva da “capacidade e conhecimento” do aluno. Para isso, basta verificar se ele respondeu certo ou errado a cada uma das questões para, posteriormente, saber se alcançou um grau esperado final. Observa-se ainda neste modelo avaliativo, que os testes são aplicados, ao final de etapas que representam a conclusão de um determinado volume acumulativo de conteúdos expostos pelo professor aos alunos.

Podemos observar que adotar o modelo avaliativo tradicional diante de uma prática pedagógica progressista e de EPS não é coerente. Assim, é importante ressaltar que a forma de avaliar sempre tem relação com a metodologia escolhida e dessa maneira, avaliar a partir das

concepções progressistas e da EPS deve apresentar um sentido de processo, algo que vai construindo-se ao longo do processo educativo.

Nesse sentido, o modelo de avaliação mais adequado se baseia no modelo processual. E assim, deve ser pensada como uma das etapas que integram o processo educativo, devendo sempre ser retomada, refeita, reescrita, reconsiderada, visando sempre o aprendizado, a construção do conhecimento e a mudança das realidades a partir dos novos conhecimentos.

A partir dessa concepção do processo avaliativo, o ato de avaliar se dá durante todo o processo ensino-aprendizagem, ou seja, antes, durante e depois de todo o período da ação educacional. Pode parecer estranho, a princípio, mas basta lembrar que o primeiro pressuposto da aprendizagem significativa é saber o que o aluno já conhece, para depois apresentá-lo a novos conceitos.

Na avaliação processual, o que é chamado de “antes”, a chamada “Avaliação Diagnóstica”, permite identificar concepções prévias dos alunos, preconceitos, erros, lacunas do seu conhecimento e até as formas de aprender de cada um, como meio de planejar a melhor forma de organizar os conteúdos e definir as estratégias didático-metodológicas a serem usadas durante o curso.

O que está sendo chamado de “durante”, na verdade refere-se à “Avaliação Formativa” que é realizada durante todo o processo ensino-aprendizagem, por meio do desenvolvimento de atividades que possibilitem o acompanhamento de como está se dando o processo de evolução da aprendizagem dos alunos. Ao conseguir acompanhar e identificar o estágio de seus alunos por meio da avaliação formativa, os docentes são capazes de reorganizar o processo ensino-aprendizagem de forma a adequar a organização dos conteúdos às estratégias metodológicas e às necessidades de seus alunos. É importante assinalar que, tanto na fase de diagnóstico quanto na fase formativa, os instrumentos e estratégias de ensino a serem utilizados podem ser os mesmos ou não.

Finalmente, a fase chamada de “depois” refere-se ao que Hernandez (1998) denomina de “Avaliação Acreditativa”, ou seja, aquela que tem como objetivo avaliar a competência final dos estudantes, verificar se os estudantes alcançaram os resultados esperados.

Temos que reforçar que a realidade e vivências dos alunos devem sempre ser respeitadas, bem como deve-se respeitar as dificuldades e potencialidades dos alunos, ou seja, cada aluno é único em seu processo educativo. E quando avaliamos o aluno – trabalhador, gestor ou conselheiro de saúde – em processo de formação, devemos ter em mente que o que se pretende é verificar os conhecimentos adquiridos durante o processo de aprendizagem, evidenciando a capacidade do sujeito de mobilizar e articular, com autonomia, postura crítica e ética, seus recursos subjetivos, bem como atributos constituídos ao longo do processo de ensino-aprendizagem – conhecimentos, destrezas, qualidades pessoais e valores – a que se recorre no enfrentamento de determinadas situações concretas, na prática/processo de trabalho (RAMOS, 2008).

Luckesi (2011) reforça a necessidade de que a avaliação supere a ideia de classificação dos alunos e retorne a ideia original de que avaliar é auxiliar na “construção da aprendizagem bem sucedida”, superando a ideia da avaliação como instrumento de poder. “Em decorrência dos padrões históricos-sociais, que se tornaram crônicos em nossas práticas pedagógicas escolares, a avaliação no ensino assumiu a prática de “provas e exames”; o que gerou um desvio no uso da avaliação. Em vez de ser utilizada para a construção de resultados satisfatórios, tornou-se um meio para classificar os educandos e decidir sobre os destinos no momento subsequente de suas

vidas escolares. Em consequência desse seu modo de ser, teve agregado a si um significado de poder, que decide sobre a vida do educando, e não um meio de auxiliá-lo ao crescimento”.

Nessa perspectiva, a avaliação deve ser vista como um espaço de avanço e de crescimento e não de estagnação ou submissão. “Enfim, ela terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos” (LUCKESI, 2005). Dessa maneira, tendo como pressupostos o fortalecimento do SUS, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico, a avaliação das ações educacionais ofertadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo devem ter como objetivo a construção do conhecimento dos trabalhadores, dos gestores e do controle social por meio de um processo de ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre as vivências desses alunos, possibilitando assim a transformação das práticas e serviços de saúde e contribuindo para a concretização do compromisso social e profissional dos atores do SUS.

IV. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Acompanhamento e Monitoramento

O acompanhamento das ações desenvolvidas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo se dá por meio dos instrumentos de monitoramento, com as metas definidas (bimestrais) e indicadores avaliados anualmente.

4.1.1 Metas

Ação: Ações Educacionais na Área da Saúde

Finalidade: Contribuir para a formulação e implementação das políticas relativas à formação, ao desenvolvimento profissional e à educação permanente dos profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde, em São Bernardo do Campo.

Descrição: Realização de ações educacionais na modalidade presencial, a distância ou semipresencial diversas: seminários, oficinas, cursos, introdutórios, cursos de qualificação profissional, cursos de atualização profissional, pós-técnicos e de pós-graduação, atendendo às demandas do sistema municipal de saúde e tendo em vista o caráter permanente da educação em saúde.

Produto: Profissional participante de ação de capacitação.

2021	2022	2023	2024	2025
100 alunos	200 alunos	300 alunos	400 alunos	500 alunos

Ação: Produção Científica no Campo da Saúde

Finalidade: Produzir conhecimento técnico-científico no âmbito da saúde coletiva e colocá-lo à disposição dos gestores, trabalhadores, prestadores de serviço e usuários visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Descrição: Produção de conhecimento técnico-científico no campo da saúde coletiva e divulgação dos resultados obtidos por meio de artigos científicos, apresentação de trabalhos em eventos científicos e outros meios físicos e digitais e elaboração de materiais técnicos e/ou pedagógicos direcionados ao seu respectivo público alvo.

Produto: Produção técnico-científica.

2021	2022	2023	2024	2025
5 produções	10 produções	15 produções	20 produções	25 produções

TABELA 06: QUADRO DE METAS (PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA SAÚDE). ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

4.1.2 Indicadores

Índice de Satisfação dos Alunos

O indicador visa mensurar a qualidade dos cursos oferecidos pela ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, ponto primordial para eficiência dos mesmos, a partir da percepção dos alunos participantes das ações educacionais. O Net Promoter Score (NPS – Qual a probabilidade de você indicar esse curso a um colega ou amigo?) é uma metodologia de satisfação de clientes desenvolvida para avaliar o grau de fidelidade dos clientes de qualquer perfil de empresa.

TABELA 07: QUADRO DE METAS DO INDICADOR “ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS”. ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

2021	2022	2023	2024	2025
80%	80%	80%	80%	80%

Fórmula de Cálculo: $(n^{\circ} \text{ de alunos que indicariam o curso a um amigo} - \text{nota } 9 \text{ ou } 10 - / n^{\circ} \text{ alunos que responderam a avaliação}) \times 100$

Índice de Satisfação dos Docentes/Coordenadores de cursos

O indicador visa mensurar a qualidade do serviço prestado e apoio oferecido pela ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO ao docente ou coordenador responsável pelo curso. O Net Promoter Score (NPS – Qual a probabilidade de você indicar os serviços prestados pela ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO a um colega ou amigo?) é uma metodologia de satisfação de clientes desenvolvida para avaliar o grau de fidelidade dos clientes de qualquer perfil de empresa.

TABELA 07: QUADRO DE METAS DO INDICADOR “ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS”. ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

2021	2022	2023	2024	2025
80%	80%	80%	80%	80%

Fórmula de Cálculo: $(n^{\circ} \text{ de docentes que indicariam os serviços da ESCOLA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO a um amigo} - \text{nota } 9 \text{ ou } 10 - / n^{\circ} \text{ alunos que responderam a avaliação}) \times 100$

